

## Educação patrimonial e ensino de história: espaços para valorização da cultura afro-capixaba

Patrimonial education and history teaching: the spaces for valuing the afro-capixaba culture

Thayná Escardo  
Mariana Dall'Orto dos Santos

**Resumo:** O presente artigo visa a reflexão sobre a constituição histórica da cultura afro-capixaba e seu espaço na educação do Espírito Santo, uma vez que urge a necessidade de dar visibilidade e protagonismo às tradições africanas e capixabas a partir de atividades que valorizem os elementos históricos, sociais e culturais dos saberes ancestrais e sua relação com o patrimônio capixaba. Para tanto, foram usados os conceitos de cultura popular de Chartier (1995) e Arão de Azevedo Souza (2010); identidades culturais de Stuart Hall (2006); tradição oral e ancestralidade, por Michele Schiffler (2016), e por fim, o termo afro-capixaba empregado por Cleber Maciel (2016). Utilizamos como objeto de análise as manifestações culturais do Congo e do Ofício das Paneleiras, reconhecidos como patrimônio cultural imaterial, para exemplificar os sincretismos religiosos e assimilações culturais que formam a identidade cultural do estado. Em seguida, nos baseamos nos conceitos de patrimônio cultural e educação patrimonial, para estabelecer relações entre estes e o ensino de História dos povos africanos no Brasil e suas heranças. Assim, traçamos de forma breve a realidade do ensino dessas culturas, muitas vezes marginalizadas nos espaços formais de ensino. Ao final do artigo propomos duas atividades que valorizem os elementos históricos, sociais e culturais dos saberes ancestrais e sua relação com o patrimônio capixaba, possibilitando, a partir da educação patrimonial no ensino de história, dar visibilidade às tradições africanas e capixabas.

**Palavras-chave:** Cultura popular; Capixaba; Ancestralidade; Patrimônio Cultural; Educação Patrimonial.

**Abstract:** The present article aims the reflection about the historic constitution of afro-capixaba culture and its space in Espírito Santo education, since it has the need to give visibility and protagonism to african and capixabas traditions through activities that value the historic, social and cultural elements of knowledge ancestors and their relation with the capixaba patrimony. Therefore, were used the concepts from the popular culture by Chartier (1995) and Arão de Azevedo Souza (2010); cultural identities by Stuart Hall (2006); oral tradition and ancestry, by Michele Schiffler (2016), and finally, the afro-capixaba term used by Cleber Maciel (2016). We have used as object of analysis the cultural manifestations of Congo and of the Ofício das Paneleiras, listed as immaterial cultural patrimony, to exemplify the religious syncretisms and cultural assimilations that form the state cultural identity. Then, we based on the concepts of cultural patrimony and patrimonial education, to establish relations between these and the teaching of the african people history in Brazil and their heritages. Thereby, we traced briefly the reality of the teaching of these cultures, a lot of times marginalized in formal teaching spaces. At the end of the article we propose two activities that would value the historic, social and cultural elements of knowledge ancestors and their relation with the capixaba patrimony, making possible, by the heritage education in history teaching, to give visibility to african and capixaba traditions.



**Keywords:** Popular Culture; Capixaba; Ancestry; Cultural Patrimony; Patrimonial Education

## Introdução

O presente artigo busca provocar reflexões acerca do espaço ocupado pela cultura afro-capixaba no ensino de história do Espírito Santo, usando os exemplos de patrimônios imateriais como o ofício das paneleiras de goiabeiras e Congo capixaba. Para isso, ponderamos conceitos e características peculiares da composição social e cultural do Estado, além da particularidade de sua formação, que definem os impactos dessa formação na educação básica. Buscamos ao final do artigo apontar possíveis práticas educativas, unindo os patrimônios culturais afro-capixabas com o ensino de História para que possamos despertar uma valorização das identidades que compõem nosso estado e o sentimento de pertencimento entre nossos estudantes enquanto capixabas e detentores dessas culturas populares.

Considerando o que evidencia Stuart Hall (2006), entendemos as identidades enquanto múltiplas, e por isso, trataremos o conceito no plural. Tendo em mente a formação capixaba e sua composição pautada nos diferentes povos e suas respectivas culturas, entendemos que o uso de nossos patrimônios e manifestações culturais e populares na disciplina de História sejam ferramenta de contribuição para a formação dos estudantes, dialogando com o entendimento destes enquanto sujeitos históricos e na valorização de suas identidades, uma vez que “o sujeito é múltiplo, [...] composto não de uma única, mas de várias identidades [...]” (HALL, 2006, p.12).

Muitos autores discutem o

conceito de cultura popular e seus significados, dentre eles, o historiador francês Roger Chartier (1995) defende que a categorização de determinadas expressões culturais enquanto populares tem origem no movimento erudito, que tem por objetivo a delimitação de práticas sociais localizadas fora do espectro “letrado”, por isso, a diferenciação foi inventada segundo necessidades das elites religiosas e governantes de se afastarem da classe social não-letrada. Por isso, o autor aponta para o estudo das culturas e da

cultura popular como um processo de compreensão das circunstâncias e tensões responsáveis por criar a forma que praticamos e pensamos o mundo.

De maneira teórica e revisionista, Arão de Azevedo Souza (2010), afirma que o ser humano é essencialmente cultural. Para o autor, a cultura está diretamente ligada ao ser humano e à sociedade e, assim como estes, encontra-se em constante mobilidade, nascendo da necessidade humana de se adequar ao meio que se insere. Enquanto construção social, por muito tempo o conceito de cultura era entendido como um modelo para estabelecer uma espécie de domínio e erudição social, pensamento que fundamenta os movimentos de colonização e imposição da matriz civilizatória europeia (língua, Estado, cristianização...) para territórios como o continente africano e americano, ao qual os habitantes eram tidos como atrasados no processo de evolução.

No Brasil do século XX, houve a busca por uma cultura brasileira que definiria todos os traços culturais do país, e dessa forma, a identidade nacional. Contudo, tratando-se de um elemento que se molda segundo a sociedade ao qual se insere, e que está constantemente se reconfigurando, pensar a cultura brasileira é levar em conta a contribuição dos diferentes povos responsáveis pela formação da sociedade brasileira, que por vezes convivem e noutras se mesclam.

Nesse sentido, ainda que a participação do Espírito Santo na economia escravista seja considerada baixa, quando pensamos na formação da população negra capixaba, a região recebeu escravos importados diretamente do continente africano e também de outras regiões do país, ou seja, além do contrabando africano, a presença de negros no Espírito Santo do século XX é, também, fruto da movimentação migratória de outras regiões do país e dos processos de miscigenação ao longo do tempo. Por isso, historiadores que estudam a presença de africanos escravizados no Espírito Santo afirmam ser quase impossível apontar precisamente a origem dos negros capixabas, uma vez que a movimentação migratória da população negra do século XX foi grande, e sua origem está diretamente ligada a uma grande mistura de culturas e etnias; miscigenações ocorridas entre brancos e indígenas, e a influência,



ainda que fraca, dos imigrantes europeus e brasileiros em geral. Além disso, as heranças africanas que resistiram a todos esses anos, sobreviveram graças ao sincretismo entre manifestações culturais africanas e práticas religiosas dos colonizadores. (MACIEL, 2016).

Isto posto, usaremos o termo afro-capixaba, usado por Cleber Maciel de Souza na obra *Negros no Espírito Santo* (2016), para designar toda esta variação de culturas e heranças africanas e afro-brasileiras, que através do espaço de incorporação de elementos portugueses, indígenas e cristãos se projetam no instrumental cultural e histórico do Espírito Santo, que aqui defendemos como espaço de transmissão de valores fundamentais para a formação e educação capixaba.

Schiffler (2016) reitera que para pensar a produção cultural de um segmento social, sem promover segregações, é preciso inserir-se em seu contexto e suas tradições. Portanto, pensar na pluralidade cultural das tradições africanas através das manifestações culturais capixabas, é valorizar suas ancestralidades e seu elo com a oralidade, meio pelo qual, tal como aponta Lopes (2006, p. 175), um “sem-número” de manifestações pertencentes a arte considerada afro-brasileira, preserva e mantém viva a memória e as grandezas do passado africano e seus reis.

A tradição oral é extremamente importante para histórias que “não estão sistematizadas, integral ou parcialmente, em arquivos impressos ou imagéticos.” (SCHIFFLER, 2016, p. 6). Ainda que, no caso afro-brasileiro, a história e os registros dos povos africanos tenham se perdido ou até mesmo tenham veracidade contestáveis devido ao histórico escravista, não obstante, no contexto das tradições culturais africanas a oralidade é extremamente importante na estruturação da matriz africana, pois tem o poder de construir tradições e identidades, e portanto, se configura em uma cápsula de sabedoria.

Tendo em vista os conceitos acima apresentados, acreditamos neste artigo ser possível pensar a educação patrimonial no ensino de história de forma a dar visibilidade às incontáveis tradições africanas e capixabas, a partir de atividades que valorizem os elementos históricos, sociais e culturais dos saberes ancestrais e sua relação com o patrimônio do Espírito Santo.



## Herança e assimilação africana no Espírito Santo

O que vemos em Souza (2010) é que o homem se molda ao seu habitat, reconfigurando-o várias vezes e portanto, nada o é puramente natural, como costumes, religiões, crenças, alimentação e outros traços identitários de uma sociedade. Quando tratamos de elementos imateriais, ou seja, que se configuram no campo do imaginário e são mantidos por meio da oralidade, estes podem constantemente serem apropriados e ressignificados, possibilitando múltiplas construções de identidades (MARCELINO, 2020). Uma vez que as expressões culturais se deslocam e se modificam, a cultura também se remodela. Assim, “A cultura, sob esse ponto de vista, é um processo permanente de construção/desconstrução/reconstrução” (SOUZA, 2010, p. 4).

Maciel (2016) reitera que vários costumes tradicionais africanos foram adaptados para que a sociedade escravista os aceitasse, e assim, receber novos significados. Aproveitando o espaço de negociação, os escravizados, nesse momento influenciados pelo catolicismo de missionários portugueses, passam a reinterpretar suas crenças e atribuir novos valores e significados, introduzindo a devoção ao santo negro São Benedito, tido como defensor dos movimentos abolicionistas, como bem exposto por Isabel Quintino de Araújo (2018):

Os escravocratas perceberam que para obter êxito na dominação e controle dos negros escravos era preciso combinar a força e a persuasão, assim como os escravos aprenderam que era impossível sobreviver apenas da acomodação ou da revolta. Surge, então um espaço de negociação, que envolvia não apenas a vida material, mas também a autonomia de organizações e expressões culturais negras, entre as quais se destacam as irmandades de louvor aos santos católicos (QUINTINO, 2018, p. 9).

Como resultado desse espaço de assimilação, encontramos hoje, várias atividades culturais negras sincretizadas às práticas da religião católica dos colonizadores. Neste espaço, apesar das transformações de algumas representações, a ancestralidade e as tradições antigas africanas permanecem vivas, bem como novas recordações foram moldadas pelo contexto escravocrata brasileiro.



Sobre a origem dos africanos no Espírito Santo, Maciel faz algumas suposições a partir das características impressas socialmente, segundo o autor, além da contribuição de algumas notícias documentais que descrevem fisicamente alguns escravos do século XIX, suas origens também são definidas, segundo ele, por:

[...] primeiro conforme documentação deixada pelo tráfico, que omite a precisão dessa origem; segundo pelo que ficou registrado das falas populares, e terceiro pela declaração de estudiosos consagrados, mas que também podem ter cometido alguns enganos em face das dificuldades apresentadas pela documentação. (MACIEL, 2016, p.64).

A partir disso, pelo que se tem conhecido e investigado, os africanos encontrados no sul do Espírito Santo eram na maioria Minas e Angolas<sup>1</sup>. Haviam Angolas em São Mateus e Vitória, porém estes eram mais conhecidos como Congos ou Crioulos. É importante destacar também que no interior desse grupo quase sempre estavam representadas outras diversas culturas e etnias africanas. Além disso, ainda em 1872, mais de 50% dos escravos capixabas eram naturais do Estado e os demais vinham tanto do Brasil quanto da África. Por isso, determinar a origem dos negros capixabas de forma detalhada é difícil, ainda que se acredite que a maioria pertencia à etnia Banto (MACIEL, 2016), o que explicaria o traço característico das Bandas de Congo, reconhecidas enquanto Patrimônio Cultural Imaterial<sup>2</sup>.

Podemos considerar que a participação dos negros na formação populacional capixaba é grande e, de igual forma, o desenvolvimento do Congo enquanto manifestação cultural, musical e religiosa própria do Espírito Santo resulta da miscigenação cultural dos diferentes povos no Estado e se configura de maneira única, tendo em suas celebrações referências à herança das celebrações com músicas e danças em volta do tambor dos reis bantos na África (LOPES, 2008).

---

<sup>1</sup> Maciel (2016) destaca a dificuldade de identificação precisa, uma vez que no Brasil, e principalmente no Espírito Santo, eles eram conhecidos pela localização do porto africano no qual foram embarcados, por isso, os escravos aqui conhecidos como Minas ou Angolas, eram na verdade de etnia Banto e de sudaneses.

<sup>2</sup> As bandas de congo do Estado do Espírito Santo, se encontram em processo no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Foram oficializadas como patrimônio imaterial do estado em 2014 (IPHAN, 2014).



Trata-se de uma expressão cultural estruturada na religião católica devido a imposição colonial que limitava as expressões culturais dos povos indígenas e africanos, estimulando-os a protegerem sua cultura e religião por meio da integração de costumes como forma de resistência e preservação de saberes. Em relação aos instrumentos, a casaca se destaca enquanto instrumento típico das bandas de Congo. Visualmente ela se assemelha a um reco-reco, esculpida artesanalmente em madeira, imitando o formato de um corpo de uma pessoa, com a cabeça e pescoço. No seu formato, o instrumento possui diversos talhos, e ao ser tocado, o congueiro raspa a vareta sobre o corpo, de forma que o som é produzido a partir do atrito entre a vareta e os frisos. Isabel Quintino (2018) aponta a lenda capixaba de sua construção, concedendo a carga simbólica de resistência ao instrumento:

Uma versão lendária [...] contada por alguns mestres de Congo, [...] que a casaca foi passada dos índios para os escravos e que os mesmos seguravam firme o pescoço do instrumento como se estivessem enforcando os senhores que lhe tivessem feito mal. Tocavam como se estivessem machucando as costelas de seus patrões, mas com uma vareta fixada internamente onde se esfrega um pedaço de estopa molhada. Então nessa versão, os senhores de escravos, capitão do mato e a sinhazinha, eram odiados, contudo isso era camuflado pela folia (QUINTINO, 2018, p. 24).

Nas festividades das bandas de Congo e apresentações em festas religiosas são homenageados, majoritariamente, São Benedito e Nossa Senhora da Penha, padroeira do estado, havendo também festividades para São Sebastião e São Pedro. São registradas 61 bandas de congo no Espírito Santo, e suas celebrações carregam fortemente o aspecto religioso. Vale destacar que os congueiros e mestres das bandas de Congo também se apresentam enquanto agentes de manutenção e preservação das tradições de marcas identitárias capixabas extremamente importantes cultural e socialmente.

A moqueca capixaba, tal qual o congo e a casaca, é também um elemento de encontro entre influências africanas, portuguesas e indígenas. Tradicionalmente, e historicamente, conhecida por se tratar de uma tradição cultural indígena, tanto a confecção da Panela de Barro quanto o preparo da



Moqueca, foram historicamente concebidos como heranças culturais indígenas com influências portuguesas, mas ultimamente, a influência dos africanos no preparo do prato tradicional capixaba tem recebido o reconhecimento de pesquisadores, mesmo que de maneira diferente da influência que ocorre na moqueca baiana, por exemplo.

O Brasil pós abolição foi marcado por teorias racistas pautadas na ciência vigentes por todo o século XIX, que estabeleceu a superioridade da raça branca sob africanos e indígenas, com isso, projetos de eugenia tomaram forma e foram defendidos para justificar a necessidade do apagamento dessas populações da sociedade brasileira. Uma das iniciativas tomadas pelo governo de D. Pedro II, foi a Lei de Terras de 1850 que, tendo em vista o fim eminente do sistema escravista - que veio a ocorrer em 1888 -, de maneira resumida, estabelecia normas e parâmetros para a compra e uso de terras no Brasil com o objetivo claro de impedir a posse de terras comunais por negros escravizados e indígenas.

Maciel (2016) aponta a existência de vários indícios de ocupação da população negra livre nessas terras comunais, explorando seus recursos de maneira coletiva e sem objetivos mercantis. Além desses espaços, também se assentaram em pontos litorais pesqueiros, como as margens do mangue, onde se encontravam com os indígenas que ocupavam historicamente essas regiões e se sustentavam da pesca e produção de cerâmicas tradicionais, como a Panela de Barro de Goiabeiras (MERLO, 2011, p. 31).

Apesar dos estudos de especialistas de gastronomia brasileira apontarem para a moqueca como originado da peixada tradicional dos portugueses, o peixe era elemento alimentar extremamente importante para os indígenas, bem como a farinha de mandioca (CASCUDO, 1983 *apud* MERLO, 2011, p. 32). Merlo (2011) contrapõe as moquecas capixaba e baiana para argumentar influência africana presente nesta última e não na primeira, alegando que a baixa entrada de africanos e escravos no Espírito Santo não foi expressiva e que, além disso, os poucos que vieram, eram em sua maioria influenciados culturalmente pelo convívio com portugueses.



Eram oriundos da macrorregião africana que alimentava o porto de Luanda, formada pelo eixo Angola-Benguela-Cabinda com características muito semelhantes, inclusive hábitos alimentares parecidos com os portugueses, com quem conviviam desde o século XV (MERLO, 2011, p. 32).

Contudo, como abordado antes, as populações negras e indígenas se encontravam nos litorais ou nas terras devolutas do interior, o que de forma muito conveniente, os deixava de fora dos levantamentos e documentos censitários do período, que já buscavam retratar cada vez mais a sociedade brasileira como branca. Por isso, “não se pode negar que os negros e os índios eram em número maior do que aquele que os documentos diziam” (MACIEL, 2016, p. 77). Reconhecendo o legado Tupi-Guarani e Una no ofício das paneleiras, também é inegável pelo histórico social brasileiro e capixaba, que tal tradição também perpassa culturas africanas e lusitanas ao longo dos anos (NICOLE, 2012).

Nesse sentido, pratos típicos regionais, como a moqueca e a torta capixaba, também agregam elementos culturais obtidos na transmissão da tradição para a população afro-capixaba e de imigrantes europeus, “salvaguardando todas as características essenciais que a identificam com a prática dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos” (Iphan, 2006. p.15 *Apud* NICOLE, 2012, p. 31). Por isso, podemos também afirmar que o ofício das Paneleiras de Goiabeiras, reconhecido em 2002 como bem imaterial registrado e protegido pelo IPHAN, no Livro de Registro dos Saberes, e declarada Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil; bem como a Moqueca Capixaba, instituída como comida típica do Espírito Santo pela Lei Estadual nº 7.567/2003 (MERLO, 2011, p. 28), são fortes expressões afro-indígenas, tal qual várias outras manifestações culturais e religiosas do Estado capixaba, como o Bate Flexas e a Umbanda, respectivamente (MACIEL, 2016), integrando o vasto campo de heranças e tradições que o termo afro-capixaba compreende.

### **Educação patrimonial e a promoção da identidade dos estudantes negros através da disciplina de História**



A formação e consolidação das identidades está vinculada à relação que se estabelece entre memória e patrimônio, bem como sua produção na construção do passado. Nesse sentido, história, memória e patrimônio são intrínsecos e indissociáveis. Costa e Castro (2008), em diálogo com Chagas, apontam que as noções de tempo e identidade auxiliam no reconhecimento de patrimônios, uma vez que, sendo um espaço de tensões e construção cultural, é também, um jogo de escolhas e um espaço de conflitos (CHAGAS, 2005 *apud* COSTA; CASTRO, 2008, p. 126). Por isso, é importante ter em mente que nossos patrimônios culturais carregam memórias e histórias que se relacionam com os locais ao qual pertencem.

O conceito de Educação Patrimonial é definido como o processo de ações educativas que têm o Patrimônio Cultural como fonte principal, essas ações são responsáveis por levar para a sociedade o sentido ao patrimônio, contribuindo para a sua leitura de mundo. Tendo como foco principal a prática da educação por meio do uso de patrimônios; a aplicação da educação patrimonial objetiva; e sobretudo, a valorização e preservação dos patrimônios, buscando “[...]fortalecer os sentimentos de identidade e cidadania por meio de um processo de conhecimento que se apropria de uma herança cultural e a valoriza” (MATOS, 2013, p. 41).

Antes de relacionar os processos identitários e a educação patrimonial, compreendemos patrimônio cultural de acordo com Matos (2013), que afirma ser “[...]definido não apenas pelos objetos históricos e artísticos, pelos monumentos que representam a memória nacional ou pelos centros históricos já consagrados e protegidos[...]

 (MATOS, 2013, p. 39), mas também pelo patrimônio vivo, como culinária, danças e saberes populares, ou seja, práticas, manifestações e expressões construídas socialmente. Em consequência, tal processo cultural de estabelecimento e construção do patrimônio, é inerente aos elementos sociais como conflitos e escolhas, memórias e esquecimento.

A Educação Patrimonial não se resume à valorização e preservação dos patrimônios, estes são caminhos para a possibilidade de estabelecer relações afetivas com o local, pois são as comunidades e seus espaços os verdadeiros detentores dos patrimônios culturais. Ter isto em mente é importantíssimo



“para a valorização da diversidade cultural, para a definição de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo[...]”(FLORÊNCIO, 2015, p. 24).

Nos propomos a refletir sobre as possibilidades dos usos dos patrimônios culturais através da educação patrimonial na disciplina de História, buscando o reconhecimento e valorização das identidades e cultura afro-capixaba. Sabemos que a História, em sala de aula, apresenta narrativas negras de forma depreciativa e, nas palavras de Munanga (2015) “a análise crítica da historiografia brasileira ainda existente mostra que essa história foi ensinada de maneira distorcida, falsificada e preconceituosa” (MUNANGA, 2015, p.25), por isso, é necessário um ensino que priorize o respeito à diversidade cultural, buscando amenizar as condições desiguais na qual os negros são colocados, um ensino libertador, construindo narrativas que vão além dos olhares dos colonizadores europeus. Nesse sentido, os patrimônios capixabas podem ser usados para evidenciar as heranças culturais dos povos negros presentes na constituição do Espírito Santo, colaborando na identificação e sentimento de pertencimento dos estudantes negros, bem como assumindo os reais valores que integram a identidade cultural, capixaba e nacional, na prática educativa como um todo.

Diante disso, práticas de ensino que utilizam os patrimônios culturais devem estar relacionadas às vidas das pessoas. Por isso, a educação patrimonial deve ser usada como uma estratégia educacional que atribui sentido ao cotidiano do estudante, e a partir disso, criar símbolos e circulação de significados que sejam importantes para a formação dos estudantes e que estes se apropriem. Muitas vezes não nos identificamos com os patrimônios “patrimonializados<sup>3</sup>”, relacionados em sua grande maioria às construções religiosas católicas e de poder do período colonial, que estão mais relacionadas com a matriz civilizatória europeia. Do movimento com a educação patrimonial, o sentimento de pertencimento e valorização da cultura popular a partir dos patrimônios culturais afro-capixabas são possíveis de se concretizarem.

---

<sup>3</sup> Entendemos patrimônios em suas mais variadas determinações, de produção cultural, materiais ou imateriais, e não apenas aqueles reconhecidos e patrimonializados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).



Além disso, os patrimônios culturais devem ser entendidos como conteúdos transversais e interdisciplinares, pois essa prática educadora aproxima lugares formais e não formais de ensino, considerando “os costumes, os sabores e saberes” (IPHAN, 2008) fora das escolas. A disciplina de História se encaixa na proposta que iremos desenvolver ao proporcionar as relações entre os patrimônios culturais afro-capixabas e a história dessas civilizações no Brasil, no entanto, as possibilidades educacionais dos patrimônios são diversas, devendo a escola, em conjunto com a comunidade, se apropriar desse processo.

Para atingir esses objetivos, é importante que o ensino da história da África e da população negra brasileira ocorra cada vez mais em nossas escolas. A história do continente africano foi desqualificada pela historiografia europeia e vinculada à escrita de documentos, visto que não partilhavam dos métodos conhecidos pelos ocidentais. Como dito anteriormente, a tradição africana se baseia em relatos, histórias e em seus mais velhos, com isso, a frase “cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima”<sup>4</sup> expressa a tradição importantíssima deste continente: a transmissão oral. Ao contrário da superioridade dos documentos escritos defendida pelos ocidentais europeus.

Para repensar como o ensino de História vem ocorrendo em relação a isso, Munanga (2015) provoca a reflexão ao afirmar que

a história de um povo é o ponto de partida do processo de construção de sua identidade, além de outros constitutivos como a cultura, os comportamentos coletivos, a geografia dos corpos, a língua, a territorialidade etc. Não é por acaso que todas as ideologias de dominação tentaram falsificar e destruir as histórias dos povos que dominaram. A história da África na historiografia colonial foi negada e quando foi contada o foi do ponto de vista do colonizador. Da mesma maneira, a história do negro no Brasil passou pela mesma estratégia de falsificação e de negação e quando foi contada o foi do ponto de vista do outro e de seus interesses. (MUNANGA, 2015, p. 31).

Para um ensino de história que alcance esses objetivos podemos utilizar da cultura nacional com forte exemplo de assimilação entre Brasil e a África, como é o caso das festas e tradições, das danças e da culinária afro-

---

<sup>4</sup> Amadou Hampâté Bâ (pensador africano).



capixabas e afro-indígenas destacadas anteriormente. Essas práticas podem favorecer no reconhecimento da contribuição do negro na construção da sociedade capixaba e brasileira. É necessário, portanto, refletir e apontar as políticas educacionais em relação ao ensino da História da África nas escolas públicas e como podemos relacionar essas práticas com os patrimônios culturais afro-capixabas.

Nesse sentido, temos em nosso país duas principais leis que almejam uma história positiva sobre a África, uma delas é a lei 10.639 que em seu 26º artigo torna obrigatório o ensino sobre a História e a cultura afro-brasileira em todas as fases da educação, tanto públicas como em escolas particulares, estipulando que ele se dê da seguinte forma:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira (BRASIL, 2003).

A outra é a lei 11.645 estabelecendo que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008).

Como podemos perceber as duas leis defendem um ensino que valorize as culturas e histórias africanas e afro-brasileiras, mas apesar de serem parecidas, notamos uma mudança em relação aos conteúdos



programáticos entre elas, ao estabelecer de forma mais específica o que deverá ser abordado. Vale ressaltar que são leis recentes, a lei de 2003 altera a LDB<sup>5</sup> de 1996 ao adicionar, entre outras obrigações, a obrigatoriedade do ensino de história da África. Na lei mais recente, de 2008, notamos a presença de conteúdos relacionados como a luta, a cultura, e as ações desse grupo na formação brasileira, e nessa mesma perspectiva adicionam os povos indígenas. A preocupação com a forma que essa lei é posta em prática em sala de aula, e até mesmo se ela ocorre, ainda precisa de muita atenção.

Apesar do estabelecido acima, nosso país é fruto de uma educação eurocêntrica (MUNANGA, 2005) muito vinculada aos pressupostos de superioridade dos brancos, ocorrendo, como apresentamos mais acima, uma desvalorização da cultura e história dos africanos e seus descendentes. Nesse sentido, é necessária uma educação que atue para superar essa prática, como o uso dos patrimônios culturais, para o desenvolvimento de abordagens educacionais não excludentes.

Ao final deste artigo, iremos propor atividades de educação patrimonial em relação à disciplina de História para a abordagem das manifestações culturais afrodescendentes que se afastem de sua omissão ou folclorização e hierarquização das religiões africanas, práticas cotidianas e dos modos de viver e de produzir. Pois, para um ensino de história que valorize a História da África, Araújo (2003) resalta a importância de levar em consideração a diversidade apresentada entre esses povos negros e sua história no Brasil, sendo necessário “transceder a imagem da África como um bloco [...] enfatizando a existência de pessoas em liberdade, de tecnologias... de deuses [...]” (ARAÚJO, 2003, p. 222).

### **Usos das heranças afro-capixabas na Educação Patrimonial**

Buscamos propor algumas atividades que nos possibilite estabelecer as relações entre os patrimônios culturais imateriais e materiais e a história local, a partir dos patrimônios afro-capixabas, pois como evidenciado no decorrer do artigo, estas são estratégias de ensino que nos permitem desenvolver um

---

<sup>5</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).



sentimento de pertencimento e valorização desta cultura, muitas vezes marginalizada. Para o desenvolvimento da proposta é preciso entender os locais que nossos estudantes ocupam, e partir deste ponto para concretizar nossos objetivos.

Os contextos do educando e do educador são vários e, dessa forma, é importante que se reconheça os limites e lugares de fala, concedendo no espaço educativo, a participação e contribuição dos detentores dos saberes para a educação social das crianças ou adolescentes. É sempre importante também, que se observe o perfil dos estudantes e sua faixa etária, para saber que metodologia aplicar, pois sua elaboração faz toda a diferença. Assim, inspiradas nas atividades de extensão do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões Cultura da Universidade Federal do Espírito Santo<sup>6</sup>, propomos algumas formas de aplicações do ensino patrimonial de culturas populares e heranças afro-capixabas e afro-indígenas no ensino de história do Espírito Santo.

Crianças mais novas, como as do Fundamental I, se identificam melhor com trabalhos manuais e atividades físicas e lúdicas, por isso, é sempre interessante recorrer às artes para cativar o interesse delas, já crianças mais velhas como as do Fundamental II, entre 10 e 14 anos podem se envolver mais em um possível contato com os detentores do saber que se deseja ensinar. Ao trabalhar o Congo e a casaca, pode ser interessante, como primeiro momento, iniciar os trabalhos conversando com os alunos sobre a história do congo, comentando seu reconhecimento enquanto patrimônio imaterial nacional e herança afro-capixaba; o mito - e sua carga simbólica - da construção da casaca, e o contexto do período escravocrata. Outra alternativa também é buscar a possibilidade de promover o contato com bandas de congo de regiões próximas ou, caso não seja possível, apresentar esta manifestação por meio de algumas músicas e recursos audiovisuais. De acordo com Lacerda *et al* (2015),

---

<sup>6</sup> Através do documentário Manguê Escola, disponível no canal do grupo no YouTube, a atividade a ser proposta foi aplicada pelo PET Cultura como uma das atividades de integração dos estudantes da EMEF Marechal Mascarenhas de Moraes com a cultura popular da região da grande Goiabeiras em Vitória - ES.



essa aproximação por si já engloba as leis 10.639 e 11.645 de obrigatoriedade e promoção de atividades educativas voltadas para as relações étnico-raciais.

Indo além, e apresentando como atividade central da sequência didática em questão, é interessante que o professor ou a professora aproveite este momento para aplicar uma oficina de criação artesanal de algum objeto relacionado ao patrimônio que seja tema central do plano em questão. No caso de bens imateriais como saberes ou manifestações culturais, é interessante que se escolha um objeto representativo para aglomerar os conhecimentos e fixar as informações aprendidas. Na oficina em volta das bandas de congo, propomos a construção de casacas com garrafas pet. A fabricação do instrumento deve ser esquematizada em etapas para a construção da cabeça, do corpo e a pintura do instrumento.

O próximo passo seria a visita ao Galpão das Paneleiras de Goiabeiras, o ofício das panelas de barro é patrimônio reconhecido pelo IPHAN e “foi apropriado dos índios por colonos e descendentes de escravos africanos que vieram a ocupar a margem do manguezal, território historicamente identificado como um local onde se produziam panelas de barro” (Portal IPHAN). Nessa visita os estudantes podem observar na prática a formação dinâmica da nossa cultura capixaba e o encontro de diferentes influências para sua manutenção como vemos hoje. Para isso, não podemos pensar em um ensino engessado para o desenvolvimento da atividade, é preciso que os estudantes tenham liberdade neste momento para explorar e observar durante a realização da visita, uma vez que, como nos ressalta Siman (2003), é preciso estabelecer uma relação entre esses dois espaços - a escola e o local de visita - e deixar os estudantes interagirem com os objetos e o saber-fazer das panelas de barro que estão vendo.

Um momento para conversar, socializar os pensamentos e sentimentos em relação ao que é visto em exposição é muito importante neste processo, por meio dessas ações, o/a educador/a permite que os estudantes tenham uma participação efetiva e afetiva, construindo e estabelecendo relações entre a atividade da sala com a visita, por meio dos Patrimônios Culturais. Com isso, esperamos que exercitem a importância do patrimônio, da sua relação



com a formação da cultura capixaba, das influências na vida dos próprios estudantes e de suas identidades.

### **Considerações finais**

O presente artigo propõe algumas reflexões acerca do ensino de história no Espírito Santo, destacando a necessidade de se dispor de ferramentas sociais e patrimoniais para a fomentação de um ensino que destaque não apenas o ensino da África e dos descendentes dos africanos contrabandeados para o Brasil, como também o caráter constituidor que suas manifestações culturais e religiosas têm na formação das identidades capixabas e nacionais. Como herança do hábito brasileiro de construir uma sociedade essencialmente descendente de imigrantes europeus, a presença dos negros escravizados no Espírito Santo foi considerada mínima no período colonial e imperial, em coerência com a narrativa de atraso econômico do território, impedindo formação de grandes elites e empreendimentos que necessitassem de escravos.

Apesar desta narrativa se sustentar por muito tempo, o que vemos hoje são inúmeros estudos que provam a presença constante de negros escravizados no estado vindos diretamente dos portos africanos e também de outras partes do país, bem como aqueles, que no contexto pós-abolição, vinham de uma migração interna de outras regiões do Brasil, resultando nas diversas manifestações e heranças africanas que são fruto da grande mistura de etnias e nacionalidades no Brasil e dos processos de sincretismo religioso e construção social impressos na identidade capixaba.

Com foco na fundamentação do congo no Espírito Santo e sua impressão no instrumento da casaca, além da moqueca e da Panela de Barro, buscamos aqui exemplificar algumas destas manifestações e saberes populares que se manifestam no estado e, em decorrência disso, são reconhecidos enquanto patrimônios imateriais. Estes, são apenas dois dos mais variados exemplos de herança cultural e religiosa africana que nascem dos espaços de negociação e resistência dos africanos com os colonizadores,

induzindo no seu encontro com os indígenas e procedendo em influências e manutenção de tradições populares.

Por conseguinte, como dito anteriormente, é na relação estabelecida entre memória e patrimônio, que constroem-se e consolidam-se as identidades dos sujeitos sociais, por isso, a compreensão de patrimônio cultural aqui utilizada está pautada não apenas em bens históricos materiais como objetos e construções arquitetônicas, mas também em manifestações imateriais como a memória, a culinária, os saberes e tantas outras práticas construídas socialmente.

O ensino de história está diretamente vinculado à aplicação de práticas educativas que potencializam e integram a educação patrimonial ao cotidiano escolar. Nesse sentido, o espaço, ou seja, o local no qual este ensino está sendo aplicado, se caracteriza sobretudo, por sua dinamicidade e por retratar as ações humanas e suas relações, que portam o ambiente de significados. À vista disso, o conjunto de tradições e símbolos carregados pelo patrimônio imaterial são projetados também na cidade e nas relações sociais que ali operam, logo, o patrimônio cultural, quando inserido no cotidiano escolar e trabalhado sob perspectivas pedagógicas, transforma as instituições escolares em meios de incentivo e preservação da valorização cultural e local.

Concluimos que aspectos culturais “podem auxiliar professores(as) e educadores(as) a trabalharem sobre os movimentos de aceitação/rejeição na formatação da cultura e identidade nacionais”(ARAÚJO, 2003, p. 230), por meio do reconhecimento de conjuntos culturais, materiais ou imateriais, que compõem o patrimônio histórico e se relacionam com as vivências dos sujeitos, que a partir disso, assimilam os bens e as informações absorvidas como importantes e passíveis de preservação. Por isso, trabalhar a importância dos bens patrimoniais e culturais com as novas gerações é um sério desafio a ser desenvolvido pelas instituições escolares, estabelecendo pontes de diálogo com as comunidades à sua volta.

## Referências



ARAÚJO, Rosângela Janja Costa. A África e a afro-ascendência: um debate sobre a cultura e o saber. In: SILVA, Cidinha (Org.). **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003.

BRASIL. Decreto-lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)>. Acesso em: 02 de out. de 2021.

COSTA, Marli Lopes; CASTRO, Ricardo Vieiralves. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias?. **Estudos de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 125 - 131, ago. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/T7jwRjYsTwBvyCZjGFcpgWB/?lang=pt>>. Acesso em: 13 de set. 2021.

CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos históricos**. Tradução: Aone-Marie Milon Oliveira. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179 - 192, 1995. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2005/1144>>. Acesso em 30 de jun. 2022.

FLORÊNCIO, Sônia R. Rampim. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor/ Iphan, 2015, p. 21-32. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_Cadernos\\_do\\_patrimonio\\_educacao\\_patrimonial\\_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf)>. Acesso em 30 de jun. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: <<https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com-identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf>>. Acesso em 30 de jun. 2022.

IPHAN. Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. 3 ed. 2008. (Folder Institucional). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo%201%20PNPI.pdf>>. Acesso em: 30 de jun. de 2022.

IPHAN. Portal do IPHAN. **Ofício das Paneleiras de Goiabeiras**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/51/>>. Acesso em: 02 out de 2021.

IPHAN. Portal IPHAN. Iphan - Espírito Santo: Patrimônio Imaterial. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/es/pagina/detalhes/632>> Acesso em: 02 de out. de 2021.



LOPES, Nei. **Bantos, Malês e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MACIEL, Cleber. Negros no Espírito Santo. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). **Negros no Espírito Santo**. 2ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. p. 53 - 166. Disponível em: <[https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MioloLivroNegros\\_FINAL\\_BAIXA.pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MioloLivroNegros_FINAL_BAIXA.pdf)>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

MARCELINO, Brunna Terra. **Se a coisa tá preta, a coisa tá boa: o ensino de história e o patrimônio cultural na formação das identidades dos estudantes negros**. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, 2020.

MATOS, Isla Andrade Pereira. **Ação Educativa do Museu Afro Brasil: Educação Patrimonial no combate à discriminação étnico-racial**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC). São Paulo, 2013. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=149714](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=149714)>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

MERLO, Patrícia. Repensando a tradição: a moqueca capixaba e a construção da identidade local. **Interseções**. Rio de Janeiro, v. 13 n. 1, p. 29 - 36, jun. 2011. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/4603>>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <[chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf)>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 62, p. 20–31, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxGPWdcytJgSnNKJQ7dMVGz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

NICOLE, Braz; et al. As paneleiras de Goiabeiras e a arte de fazer panela de barro. Ensaio etnográfico sobre a cultura do barro. **Simbiótica**. UFES, v. ún. n. 01, p. 1 - 37, jun. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4524>>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

PET Conexões Cultura UFES. Manguê Escola - PET Conexões Cultura em parceria com o grupo SOS Manguezal. Youtube, 3 ago. 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/2N6dtFn8Euw>>. Acesso em: 20 set. 2021.

QUINTINO, Isabel Cristina de Araújo. **O Congo Capixaba como Patrimônio Imaterial: As Festas de São Benedito na Serra e as Bandas de Congo**.



Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - UNIRIO/ MAST. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12849?show=full>>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

SCHIFFLER, Michele Freire. Tradição, Oralidade e Ancestralidade. **Feira Literária Brasil - África de Vitória-ES**, Vitória, v. 1, n. 2, p. 1 - 12, ago. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/index.php/flibav/article/view/14039>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SERAFIM, Nadia Juliana Rodrigues; CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **Cultura Imaterial e Formação Docente: o Congo e a Folia de Reis na Serra-ES**. Vitória: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2020. p. 14 - 25; 45 - 56. Disponível em: <<https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/612>>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Práticas culturais e práticas escolares: aproximações e especificidades no ensino de história. **História&Ensino**, Londrina, v. 9, p. 185-204, out. 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12083/10625>>. Acesso em: 30 de set. 2021.

SOUZA, Arão de Azevedo. Debates sobre cultura, cultura popular, cultura erudita e cultura de massa. **XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Campina Grande. Anais. São Paulo: Intercom, 2010. p. 1 - 14. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/r23-1573-1.pdf>>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

## Sobre as autoras

### Thayná Escardo

escardoathayna@gmail.com

Licenciatura, pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (2017 - 2022) e bolsista do PET Conexões Cultura (2017 - 2022). No PET participou de projetos de Extensão ligados à educação ambiental de alunos do Fundamental, tendo como campo de ação e objetos de pesquisa, o Mangue e a cultura que se estabeleceu historicamente em volta dele, na Região da Grande Goiabeiras. Desse projeto, nasceu o documentário Mangue Escola (2019) e um curso extensionista de formação de professores, que tem como material base outros três curtas-documentários: Narrativas do Mangue; Patrimônio - Entre núcleos e afetos e, por fim, Pertencimento e Identidades - Do Descaso ao Movimento de Ocupação.

### Mariana Dall' Orto dos Santos

mariana.dallorto.santos@gmail.com



Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Geografia, História e Meio Ambiente pela Faculdade Dom Alberto (grupo FAVENI). Participa como integrante no grupo de pesquisa: “*Memórias, Narrativas e Histórias das/nas escolas capixabas: diálogos na formação de professores*”, vinculado ao Laboratório de Ensino de História da UFES (LAHIS). Mestrado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFES). Atualmente é professora contratada pela rede municipal da Serra (ES).

